

ELEIÇÕES 2018: O LUGAR DAS MULHERES NAS CHAPAS MAJORITÁRIAS

ELECTIONS 2018: WOMEN'S PLACE ON MAJORITY CANDIDATURE

Salete Maria da Silva

RESUMO

O presente texto traz incômodas reflexões acerca do lugar das mulheres nas chapas majoritárias das eleições de 2018, focando, principalmente, nas candidaturas à presidência do Brasil, ao senado federal e ao governo da Bahia. Apóia-se em fontes oficiais e em farto material disponível na internet, além de observações - nem sempre participantes - realizadas durante o pleito. Com lentes de gênero e em perspectiva feminista, evidencia a persistente supremacia masculina nas candidaturas apresentadas por quase todos os partidos e coligações, e as aponta como um reforço à desigualdade de gênero no campo da política. Questiona o considerável número de mulheres posicionadas como vices-presidentas, vices-governadoras e suplentes de senador, precisamente no ano em que o poder judiciário ampliou o percentual de recursos financeiros às campanhas femininas. Enfatiza, ainda, a presença de duas mulheres negras concorrendo à presidência do Brasil, sem deixar de problematizar a pouca visibilidade e a pouca importância dada a este fato inédito pelos movimentos negros e feministas. Finaliza sustentando que, malgrado algumas resistências praticamente inaudíveis, há uma certa naturalização dos privilégios masculinos nas hostes partidárias, mormente em períodos de eleições polarizadas entre direita e esquerda, quando as prioridades políticas passam ao largo das demandas femininas/feministas por mais mulheres no poder e mais poder para as mulheres.

Palavras-chaves: Eleições 2018. Chapas majoritárias. Desigualdade de Gênero. Privilégios masculinos.

ABSTRACT

The present text brings uncomfortable reflections about the place of women in the majority candidature of the 2018 elections, focusing mainly on the presidential nominations of Brazil, the federal senate and the government of Bahia. It relies on official sources and abundant material available on the Internet, as well as observations - not always participants - made during the election. From a gender perspective and feminist perspective, it highlights the persistent male supremacy in the nominations presented by almost all parties and coalitions, and points them

Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Advogada, especialista na incorporação da perspectiva de gênero no Direito, Mestre em Direito Constitucional, Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Líder do grupo de pesquisa JUSFEMINA/UFBA/CNPq. E-mail: saletemaria@oi.com.br

as a reinforcement of gender inequality in the field of politics. It questions the considerable number of women positioned as vice presidents, deputy governors and deputy senators, precisely in the year when the judiciary increased the percentage of financial resources to women's campaigns. It also emphasizes the presence of two black women running for the presidency of Brazil, while problematizing the low visibility and the low importance given to this unprecedented fact by the black and feminist movements. It concludes by arguing that, despite some practically inaudible resistances, there is a certain naturalization of male privileges in party hosts, especially in periods of polarized right-to-left elections, when political priorities override female / feminist demands for more women in power and more power for women.

Keywords: Elections 2018. Majority candidature. Gender Inequality. Male privileges.

1. INTRODUÇÃO²

As mulheres são a maioria da população e do eleitorado brasileiros, todavia, seguem sendo minoria entre as candidaturas e, sobretudo, entre os eleitos, seja no sistema proporcional ou no majoritário. Ao fim e ao cabo, seguem excluídas do poder político institucional ou, no máximo, autorizadas a acessar uma pequena fatia deste. Tal problema tem sido objeto de inúmeras reflexões teóricas e de diversas ações políticas desenvolvidas pelos movimentos feministas e de mulheres ao longo da história (PINTO, 2001, WRIGHT, 2016).

Os mencionados movimentos colocam em xeque o caráter androcêntrico da democracia e questionam, peremptoriamente, sua promessa de universalidade e a própria noção de cidadania. Deste modo, desvelam o sexismo presente em suas premissas e manifesto na prática política cotidiana (COSTA, 1998; SILVA, 2016). Visando superar esta realidade, mulheres organizadas em diversos lugares do mundo demandam, ante o Estado, a adoção de medidas capazes de eliminar séculos de desigualdade de gênero no campo da política formal. E com base em diagnósticos das situações concretas, desmascaram as feições hegemonicamente patriarcais dos poderes constituídos e das próprias agremiações políticas, cujos interesses e conchavos desconsideram as demandas femininas e subestimam os avanços sociais obtidos com a participação das mulheres nas mais diversas esferas da vida (OKIN, 2008; SILVA, 2016).

Diante do exposto, vê-se que ainda é extremamente necessário defender os direitos políticos da população feminina, especialmente em períodos de eleições, pois as dificuldades que as mulheres enfrentam no dia a dia, inclusive partidário, repercutem na definição de candidaturas e na distribuição dos recursos financeiros, tão necessários à disputa de cargos eletivos e ao conseqüente ingresso nos espaços decisórios (SANCHEZ, 2014; WRIGHT, 2016). Por isto, e em consonância com questões que sempre vem à tona nos cursos de formação política que ministramos para mulheres, é importante destacar que um dos primeiros obstáculos a serem superados é, precisamente, o direito de se lançar candidata, sobretudo aos cargos

² Uma primeira versão deste artigo foi publicada na revista *Cadernos de Gênero e Diversidade*, da Universidade Federal da Bahia, mais precisamente no Vol. 04, n. 04, dez-2018. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>.

majoritários pois, apesar de haver previsão legal obrigando os partidos a observarem um mínimo de 30% de cada gênero nas candidaturas proporcionais, nada existe com relação às majoritárias e, apesar dos crescentes discursos em favor da participação feminina, se não houver legislação que os obriguem, os partidos sequer cogitam em indicar mulheres aos cargos mais destacados. Até porque a maioria deles ainda está nas mãos dos homens³, e os poucos que se encontram chefiados por mulheres, tem no “arquétipo viril protagonista da história”⁴ o tipo ideal para o comando da coisa pública⁵.

Esta visão, como se sabe, decorrente da *ideologia patriarcal* que ainda vigora em nossa sociedade e que atua como uma das principais matrizes valorativas e orientadoras das práticas sociais em geral e no mundo político em particular. É isto, por si só, gera obstáculos quase intransponíveis para as mulheres que almejam disputar cargos eletivos, sobretudo os mais ambicionados, conforme fica evidente a cada nova eleição na Bahia e no Brasil.

Porém, não é suficiente que saibamos que (e como) estas coisas acontecem, é preciso refletir, crítica e publicamente, sobre estas questões, a fim de que possamos desnaturalizá-las e, sobretudo, transformá-las. Afinal, que as mulheres lutaram, durante anos, para conquistar o direito ao voto, neste e noutros países, quase todo mundo sabe. Que a participação política das mulheres tem se dado majoritariamente nos movimentos sociais, muita gente também sabe. Que as mulheres vem lutando dentro e fora dos partidos para serem respeitadas, é fato público e notório, sobretudo entre ativistas e militantes feministas de variados matizes. Que a sub-representação feminina é um problema que resulta do machismo cultural e também estrutural que impera na sociedade, além de ser um dos efeitos colaterais do nosso sistema político-eleitoral e da própria organização partidária, muita gente também sabe. Que as candidaturas femininas aos cargos proporcionais⁶ ainda não alcançaram os avanços necessários, desde o advento da Lei de Costas, é algo que todos sabem. Mas, que as mulheres tem tido enormes dificuldades para colocarem seus nomes no topo das chapas majoritárias, em todos os partidos políticos, é algo que se nos afigura como o óbvio ululante, mas sobre o quê pouca gente tem falado de forma aberta, franca e nos termos necessários.

Apesar do silêncio, os dados quantitativos e qualitativos são eloquentes e abundantes e nos ajudam a evidenciar o *modus operandi* do *sexismo partidário*, manifesto, sobretudo, através da permanente aposta em candidaturas masculinas para os cargos majoritários, embora os discursos afirmem o contrário, alegando compromissos com o avanço das mulheres na seara da política. Mas será que isto tem ocorrido efetivamente? O que de fato aconteceu nas eleições de 2018? Será que os discursos pró-inclusão das mulheres se materializaram em mais candidaturas femininas para os cargos mais disputados ou elas foram convocadas apenas para atuarem como coadjuvantes, em lugares secundários? É sobre isto que este texto vai tratar, evidenciando e problematizando, sem seletividade, o lugar que os partidos – sozinhos ou em coligações - reservam à parcela feminina da sociedade.

3 Em que pese as mulheres figurarem como 44% das pessoas filiadas (TSE, 2017).

4 Expressão que intitulada uma importante obra da teórica feminista Amparo Moreno Sardá (1991).

5 “Lula terá o papel que quiser no governo”, afirmou a presidenta Gleisi, após ser perguntada sobre a participação do líder petista num eventual governo de Haddad. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5848617/lula-tera-o-papel-que-quiser-no-governo>.

6 Isto é: para deputado federal, estadual, distrital e vereador.

2. O LUGAR DAS MULHERES NAS CHAPAS MAJORITÁRIAS

Em 2018, a exemplo dos pleitos anteriores, uma grande quantidade de homens concorreu aos cargos eletivos no Brasil. Eles, historicamente, são maioria entre os candidatos ao parlamento nacional e, principalmente, ao executivo federal, quando não são os únicos a pleitear e ocupar estes espaços. Em consequência, são sempre maioria entre os efetivamente eleitos, tornando-se, depois disto, presidentes das casas legislativas, ministros de estado, governadores, presidentes da República e, definitivamente, referências políticas nestas instituições e em toda a sociedade. Na recente disputa eleitoral a coisa não foi diferente. Apesar disto, este texto não trata do resultado destas eleições, mas sim do seu processo, focando e problematizando, especialmente, o lugar ocupado pelas mulheres nas chapas para presidente, para o senado e para o governo da Bahia.

2.1 AS CHAPAS PRESIDENCIAIS

Inicialmente, vale destacar que em 2018 o Brasil teve o maior número de postulantes à presidência do país, perdendo apenas para as eleições de 1989⁷, pois naquele ano foram inscritas 22 chapas e no pleito recente foram inscritas um total de 13, com a seguinte composição:

Quadro 1 – Candidaturas à presidência da República – 2018

Presidente/a	Vice-presidente/a
Fernando Haddad	Manuela D'Ávila
Jair Bolsonaro	Hamilton Mourão
Geraldo Alckmin	Ana Amélia
Marina Silva	Eduardo Jorge
Ciro Gomes	Kátia Abreu
Álvaro Dias	Paulo Rabello de Castro
João Amoedo	Chistian Lohbauer
Guilherme Boulos	Sônia Guajajara
Henrique Meirelles	Germano Rigotto
Vera Lúcia	Hertz Dias
João Vicente Goulart	Léo Alves
José Maria Eymael	Hélvio Costa
Cabo Daciolo	Suelene Balduino

Fonte: baseado em dados do TSE – grifo nosso

⁷ Em 1989, 22 candidatos concorreram à presidência do Brasil, sendo 21 homens e uma mulher, Livia Maira Pio de Abreu, advogada mineira que ficou conhecida como a primeira mulher a disputar este cargo no país. Seu partido era o Nacionalista, PN, e ela obteve apenas 180 mil votos, ou seja, 0,25% do total, ficando em décimo sexto lugar. Atualmente, tem 70 anos de idade e já se candidatou a outros cargos eletivos.

Visualizando o quadro acima, é possível perceber que dos treze postulantes ao cargo de presidente, apenas duas são mulheres: Marina Silva e Vera Lúcia, ambas negras, de origem popular e vinculadas a partidos de esquerda: REDE e PSTU, sobre cujas candidaturas falaremos no próximo tópico. Dentre as candidaturas à vice-presidência do Brasil, observa-se o registro de oito homens e cinco mulheres que, com exceção de Sonia Guajajara, primeira indígena a concorrer a um cargo desta natureza, são identificadas como brancas e oriundas das camadas médias e altas da sociedade brasileira, além de apresentarem trajetórias políticas bastante diversificadas.

Manuela D'Ávila (PCdoB) e Sonia Guajajara (Psol) são mulheres de esquerda e suas militâncias tem um forte compromisso com os direitos das mulheres e de outros grupos socialmente discriminados e excluídos, como negros, lgbttiq+, indígenas, quilombolas, etc. A primeira já exerceu vários mandatos parlamentares e a segunda estava concorrendo pela primeira vez a um cargo eletivo, embora seja reconhecida como uma importante liderança indígena com assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Os lugares que ambas ocuparam nas respectivas chapas merecem reflexão específica, principalmente porque as duas, desde o início do referido ano, já haviam se lançado pré-candidatas à presidência da República pelos seus respectivos partidos e, nesta condição, fizeram diversas falas públicas e até concederam importantes entrevistas; mas, ao longo do processo, e antes do registro e homologação das chapas, tiveram que recuar para se tornarem vices de dois homens de esquerda que anteriormente não estavam sendo cogitados, ao menos publicamente, como postulantes aos referidos cargos: Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL). Vale pontuar que este último sequer era filiado ao partido no qual concorreu à presidência, ao passo que sua vice já tinha uma larga trajetória na referida sigla.

Quanto às demais candidatas à vice, apenas Suelene Balduino, que também é branca e tem educação de nível superior, não era conhecida do grande público, pois nunca exerceu mandato eletivo e não estava na cena política nacional, sendo identificada como professora do ensino fundamental, nascida em Goiânia e residente no Distrito Federal, além de filiada ao Partido Patriota. As outras duas, Ana Amélia e Kátia Abreu, são bastante conhecidas na arena política brasileira, pois já exerceram diversos mandatos eletivos e tem vasta experiência na política institucional, sendo identificadas como legítimas representantes dos interesses das elites econômicas, especialmente de empresários e banqueiros. No caso de Kátia Abreu, ela também representa interesses de agropecuaristas e latifundiários, sendo reconhecida como a “rainha” deste setor. Além disto, foi ministra da agricultura no governo da presidenta Dilma e de seu vice, Michel Temer.

Vê-se, pois, que o Brasil nunca se deparou com esta quantidade de mulheres concorrendo, ao mesmo tempo, em chapas postulantes às mais elevadas funções políticas da nação: a presidência e vice-presidência do país. Porém, ao considerarmos o processo de definição dos nomes, a composição das chapas e, sobretudo, o lugar ocupado pelas mulheres, percebemos algo intrigantemente comum à maioria delas: seus nomes não foram cogitados, *a priori*, sequer para vice-presidentas e, muito menos, para encabeçar as chapas, pois até mesmo as mais afinadas com os interesses dos grupos políticos e econômicos hegemônicos,

como Kátia Abreu e Ana Amélia, só tiveram seus nomes ventilados *a posteriori*, depois da análise de inúmeros outros nomes, em maioria, masculinos. Afinal, é praxe dos partidos definir, inicialmente, quem encabeçará as chapas majoritárias que, em regra, e não por coincidência, tem sido, historicamente, capitaneadas por homens, até mesmo nos partidos mais à esquerda ou menos expressivos, cuja lógica eleitoral é igualmente *androcêntrica* e patriarcal, dada a *ordem de gênero hegemônica* em nossa sociedade e os efeitos dos estereótipos e lugares sociais por esta estabelecidos e alimentados (SILVA, 2016).

O fato é que para definir quem será candidato a presidente ou mesmo a governador, não são necessariamente utilizados os mesmos critérios adotados para a definição de quem será o vice, pois, muitas vezes, o primeiro já se considera (ou é considerado, por partidos e aliados), um candidato nato como, por exemplo, Lula e Bolsonaro, que já eram anunciados como presidenciáveis há bastante tempo, dentro e fora de suas agremiações, por razões diversas que não cabe explorá-las aqui. Interessa-nos, no entanto, destacar que, em virtude da ordem social de gênero, que, em nossa sociedade é patriarcal, os homens gozam de inúmeros privilégios, dentre eles, o de ter suas ambições políticas legitimadas e fortalecidas aprioristicamente. Por isso, as definições de quem pode ou não ser candidato e a posição que ocupará nas chapas tem, sempre e necessariamente, ainda que não assumidas publicamente, um caráter de gênero, assim como de raça/etnia também.

Quanto à raça/etnia, isto é mais do que evidente, bastando observar a completa ausência ou a baixíssima presença de pessoas indígenas e negras exercendo mandatos nos diversos parlamentos, assim como nas galerias de fotos de atuais e ex-presidentes, governadores e senadores por este país afora e, em particular, no estado da Bahia, onde a população é majoritariamente negra. A sub-representação racial na política brasileira depõe contra a democracia, revelando o caráter marcadamente racista das instituições públicas e das agremiações políticas. Isto se confirma de várias formas, a exemplo dos dados publicados pelo próprio “Congresso em Foco”, em 20 de novembro de 2018, dia da Consciência Negra, cujos índices apontam que apenas 4% de todos os políticos eleitos no país são negros, valendo destacar que nenhum deles se elegeu para governo dos estados.⁸ Mas, se perguntarmos pelas mulheres negras, veremos que a articulação entre os marcadores sociais de gênero, raça e também de classe as coloca ainda em maior desvantagem, bastando dizer que somente em 2018 o estado da Bahia elegeu a primeira deputada negra de sua história: Olívia Santana, do PCdoB.⁹

E por falar em gênero, o déficit democrático entre homens e mulheres pode ser identificado de várias formas, mas, no caso em tela, convém explorar unicamente o lugar que as cinco mulheres ocuparam nas chapas presidenciais de 2018, qual seja, a posição de vice ou, se preferirmos, a coadjuvância, que alimenta e garante o pleno funcionamento do *script de gênero* hegemônico em nossa sociedade e reforça a ideia de que as mulheres são ótimas auxiliares, ao passo que os homens são excelentes governantes. Ademais, já que não se pode mais impedir

8 Conferir: “Só 4% dos eleitos em outubro são negros”. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/so-4-dos-eleitos-em-outubro-sao-negros-eram-107-das-candidaturas-em-2018/>

9 Conferir: Estado com maior população de negros elege primeira deputada negra nas eleições 2018. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estado-com-maior-populacao-negra-elege-primeira-deputada-negra-nas-eleicoes-2018,70002541336>

legal e expressamente a participação feminina na política e, conseqüentemente, nas eleições, é possível acomodá-las segundo as necessidades e os interesses dos homens ou dos partidos, que no fundo é a mesma coisa.

Assim, os homens ocupam “naturalmente” a cabeça das chapas majoritárias e isto ocorre porque, segundo a velha, porém falsa, *dicotomia público-privado*, e a injusta *divisão sexual (e racial) do trabalho* da primeira decorrente, a eles cabe a máxima aparição e atuação pública, assim como a defesa das ideias e propostas políticas e o estabelecimento de pontes e contratos entre a sociedade civil e o Estado. E também porque são identificados como os mais aptos para o comando dos destinos da nação, ou seja, são feitos para fazer política. Quanto às mulheres, ainda há quem acredite que a política não é o seu “espaço natural”, mas já que aí estão, podem figurar na condição de vices, pois, na ausência de algum homem que traga maiores benefícios eleitorais, elas podem preencher os requisitos do cargo, visto que, historicamente, desempenham, com certo êxito, as tarefas de auxílio, de suporte e de eventual substituição do titular do direito, digo, do cargo eletivo em questão. Ademais, como vices, lhes cabe suceder o titular, mas em casos excepcionais. Assim, qualquer semelhança com o lugar e o papel que outrora a sociedade reservava legalmente às mulheres, no seio da família principalmente, e que ainda hoje o faz, mas já sem autorização legal, não é mera coincidência, pois, de algum modo, paira sobre o inconsciente coletivo, e seguramente não se suspende durante as eleições, uma representação simbólica que facilita o estabelecimento de uma relação entre a condição de quem está posicionado como vice de algum cargo eletivo e a posição/condição dos sujeitos que ainda são vistos socialmente como eternos coadjuvantes, auxiliares ou substitutos eventuais de quem pode estar à frente do poder institucional. E as mulheres, enquanto grupo social historicamente *sub-empoderado*, tem ocupado “naturalmente” esta função.

Obviamente que os cargos de vice, assim como os de suplentes, não foram criados pensando nas mulheres, pois historicamente até o direito ao sufrágio lhes foi negado, porém, uma vez que elas conquistaram o direito de votar e serem votadas, provocando, com isto, uma fissura no sistema político patriarcal, restou a este reorganizar-se, criando novos óbices para manterem intactos ou ao menos relativamente inalcançáveis os lugares simbolicamente destinados aos homens. A estes obstáculos a teoria feminista denomina de *teto de vidro* ou *teto de cristal*, ou seja, as barreiras invisíveis que, de alguma forma, impedem as mulheres, enquanto grupo social, de avançarem em suas carreiras, públicas ou não, e de desenvolverem todo o seu potencial. Estes obstáculos, que nem sempre são criados ou expressos em lei, mas por um *acordo tácito*, socialmente legitimado, isto é, o tal *contrato sexual*, limitam os sonhos, objetivos, ambições e interesses femininos (STEIL, 1997). E, por serem invisíveis, tais barreiras precisam ser expostas e questionadas, para que sejam percebidas, enxergadas e, definitivamente, estilhaçadas.

Por isso, quando colocamos as *lentes de gênero*, percebemos que os nomes das mulheres são os últimos a serem cogitados para compor as chapas que concorrerão aos cargos eletivos, sobretudo os majoritários, pois as mesmas continuam não sendo vistas como titulares plenas de direitos políticos, ou como cidadãs, como os homens, principalmente os brancos e ricos, desde sempre o são. Ademais, quando seus nomes já estão publicamente anunciados, na condição de pré-candidatas, por

exemplo, por algum erro de percurso ou por conveniência partidária momentânea, na primeira oportunidade ou na primeira “necessidade político-partidária”, são logo dissuadidas de seus propósitos e despojadas de seus direitos para dar lugar aos homens, como ocorreu, repita-se, com Manuela D’Ávila e Sonia Guajajara.

Em face do exposto, e apesar das inúmeras diferenças relacionadas à classe, à idade, à raça/etnia, à formação profissional e à trajetória política, além do lugar de origem, as cinco candidatas a vice-presidentas no pleito de 2018 tinham algo em comum, qual seja: a *condição feminina* que - não obstante seja experienciada de modo diferente, diverso e variável em termos de direitos, oportunidades e experiências, inclusive políticas - de alguma forma as assemelha em virtude do lugar destinado às mulheres na sociedade, e que repercute e influi, sem dúvida, nas decisões acerca do lugar que merecem ocupar nas chapas eleitorais, qual seja, a segunda posição, este lugar secundário, inferior, menos importante que, por lei, consiste em suprir, substituir ou suceder o presidente, mas não atuar concomitantemente, ou lado a lado com aquele que ocupará o *locus* central da campanha e do próprio cargo em questão, qual seja: a cabeça da chapa e o comando do país.

E, não obstante haja quem diga que existe uma mera distinção legal entre as funções de presidente e de vice, havendo cabos eleitorais que se referem às suas candidatas como co-presidentas, como no caso das candidatas a vice nas chapas de Fernando Haddad e de Guilherme Boulos, o fato é que tanto a mídia, como o eleitorado e os próprios marqueteiros enfatizavam, através dos materiais de campanha¹⁰ e dos anúncios dos eventos eleitorais, o nome e o cargo do candidato a presidente, ou seja, a pessoa a quem foi confiada a tarefa de representar determinado partido ou coligação, e a quem coube conceder a maioria das entrevistas, ocupar o espaço nos debates televisivos, e ter sua imagem explorada ao longo de todo o pleito. E que, sem sombra de dúvida, simbolizou e definiu a escolha de quem os sufragou. Obviamente que isto também ocorre em virtude do sistema presidencialista que adotamos, mas até isto também faz parte de uma escolha e de uma representação histórica e simbólica que os brasileiros tem daquele cargo e daquela pessoa a quem confiam os destinos da nação, leia-se: o chefe, o líder. E é precisamente este lugar, conforme apontam os dados apresentados e discutidos neste texto, que ainda segue sendo destinado quase que exclusivamente aos homens¹¹, especialmente os brancos, inclusive na Bahia, como veremos a seguir.

2.2 AS CHAPAS PARA O SENADO NO BRASIL E NA BAHIA

Para o senado federal, cujas eleições também se dão pelo sistema majoritário, isto é, no esquema do “quem tiver maioria de votos vence”, a presença masculina também gozou de supremacia quase que absoluta, se comparada à presença de mulheres concorrendo a este cargo. E isto fica evidente quando observamos

10 Se este discurso se sustentasse, o nome de Sonia Guajajara, contido nos cartazes, apareceria do mesmo tamanho que o nome de Boulos e não em letrinha minúscula. Do mesmo modo, o nome de Manuela D’Ávila e até mesmo sua imagem, não seriam substituídos pelo nome ou imagem de Lula no material de Fernando Haddad. Sem contar que nas urnas eletrônicas as fotos dos candidatas a presidente aparecem em destaque e as dos vices, timidamente.

11 Cabe lembrar que a hegemonia masculina esteve presente, ainda que simbolicamente, na própria eleição da presidenta Dilma, em cuja campanha, por diversas vezes, usaram a expressão “vamos eleger Dilma com a força de Lula”. Ou seja, em razão de Lula não poder ser candidato à presidência, já que tinha cumprido dois mandatos consecutivos, era o momento de eleger uma mulher indicada e fortalecida por ele. Isto também informa o quanto o homem é ainda visto como a referência política e, no caso de Lula, assim o foi, antes, durante e depois das eleições que levaram Dilma ao poder central. Mas isto é objeto de outro ensaio.

os dados disponibilizados pelo Senado Federal pois, de um total de 338 candidaturas, sem contar os postulantes à suplência, 278 candidatos são identificados como homens e apenas 60 como mulheres, havendo uma única mulher trans na disputa pelo senado, a professora Duda Salaberte, candidata pelo PSOL no estado de Minas Gerais¹². O quadro a seguir permite visualizar o lugar das mulheres nas chapas referidas.

Quadro 2 – Candidaturas ao senado em todo território nacional – 2018

Unidade federativa	Nº de candidatos homens	Nº de candidatas mulheres
Acre	6	0
Amapá	9	3
Amazonas	7	1
Pará	12	2
Rondônia	12	1
Roraima	9	2
Tocantins	9	0
Alagoas	8	1
Bahia	11	0
Ceará	9	2
Maranhão	9	2
Paraíba	6	1
Pernambuco	7	4
Piauí	16	2
Rio Grande do Norte	11	4
Sergipe	11	1
Distrito Federal	16	2
Goiás	10	2
Mato Grosso	9	2
Mato Grosso do sul	11	1
Espírito Santo	9	2
Minas Gerais	11	4
Rio de Janeiro	13	4
São Paulo	15	6
Paraná	11	3
Santa Catarina	11	3
Rio Grande do sul	10	5
Total	278	60

Fonte: baseada em dados do Senado Federal – grifo nosso

¹² Trata-se de uma candidata bastante atuante na defesa dos direitos da população trans no referido estado, tendo como foco, sobretudo, o direito à educação para este grupo socialmente discriminado e excluído. É presidenta de uma ONG denominada Transvest, que oferece cursos pré-vestibulares e de idiomas para pessoas transexuais e travestis.

De um modo geral, a maioria dos postulantes a representantes dos estados no Parlamento nacional, nas mais distintas regiões do país, são homens; sendo que às mulheres é reservado, na maioria dos casos, o lugar de suplente, sobretudo, a segunda suplência, o que torna ainda mais difícil seu acesso a esta casa legislativa. Numericamente falando, e com base nos dados disponíveis no site do TSE e do Senado Federal, 86 mulheres pontuaram como candidatas à primeira suplência e 96 como candidatas à segunda suplência em 2018, considerando todos os estados e o distrito federal. Assim, e se olharmos de maneira apressada, poderemos até nos alegrar com o fato das mulheres estarem concorrendo, cada vez mais, às chapas para o Senado, porém, mesmo assim, veremos que elas ainda são minoria se comparadas aos homens e, na maioria dos casos, ficaram em posição de espera. E que espera!

Além disto, vale reiterar que houve estados em que os partidos não lançaram nenhuma candidatura feminina ao senado, como é o caso do Acre (6 homens, zero mulheres), do Tocantins (9 homens, zero mulheres) e da Bahia (11 homens, zero mulheres). No caso da Bahia, há uma particularidade que merece destaque e reflexão crítica, pois, dentre os três senadores em cumprimento de mandato durante as eleições de 2018, havia apenas uma mulher, a senadora Lídice da Mata, que representava a Bahia juntamente com Roberto Muniz¹³, que assumiu como suplente de Valter Pinheiro e Otto Alencar, cujo mandato vai até 2023.

Lídice da Mata é reconhecida nacionalmente como uma das mais atuantes parlamentares brasileiras, com vasta experiência política, pois já foi vereadora, prefeita, deputada e exercia o mandato de senadora com muita competência, desenvoltura e compromisso não só para com o estado que representava, mas com as causas sociais de um modo geral e com os direitos das mulheres brasileiras e baianas, em particular, haja vista sua importante atuação, já devidamente testada e aprovada, desde a Assembleia Nacional Constituinte (SILVA, 2016).

Ocorre que, e contrariamente à sua vontade, a referida senadora não pôde ser candidata à reeleição para o senado, haja vista que, por força de acordos políticos realizados pela esquerda hegemônica na Bahia (PT, PCdoB e um catálogo de aliados) do qual seu partido (PSB) fez parte, foi praticamente compelida – e esta é a palavra – a se lançar candidata a deputada federal, pois seu nome ficou de fora da chapa majoritária composta em torno da candidatura do então (e ainda atual) governador Rui Costa (PT). A opção do governador, endossada pelos partidos aliados, foi apostar nas candidaturas de dois políticos do sexo masculino: Ângelo Coronel (PSD), então presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, e Jacques Wagner (PT), ex-ministro e então secretário de estado.

Importa destacar que até meados de 2018 a pré-candidatura de Jacques Wagner não estava sendo cogitada para o senado, haja vista a possibilidade dele vir a substituir o nome de Lula num eventual impedimento do ex-presidente à corrida eleitoral. Todavia, uma vez confirmada a impossibilidade da candidatura do líder petista à presidência do Brasil, e com a escolha de Fernando Haddad para encabeçar a chapa majoritária em seu lugar, o destino político do ex-ministro e ex-secretário Wagner foi redesenhado, e seu nome fora escolhido para concorrer ao senado. Neste contexto, restou prejudicada a candidatura da mencionada se-

¹³ Assim como o de Lídice, o mandato deste senador se encerrou em 2019.

nadora à câmara alta, o que demonstra, mais uma vez, que, quando a política é pensada e decidida em perspectiva androcêntrica e sexista, a prioridade não são as mulheres, pois a senadora Lídice poderia ser reconduzida ao cargo que vinha desempenhando com êxito e com efetivo retorno para o estado que ela tão bem representava, e cuja reeleição era considerada praticamente garantida.

Neste exemplo, assim como em outros tantos, o mais importante era garantir a possibilidade de se levar um homem - ou, no caso, dois - ao poder central do país, ainda que sob o argumento de que se tratava de “um companheiro do mesmo espectro político, e cuja atuação vai se voltar à defesa dos direitos das mulheres, sem dúvida”.¹⁴ Sobre o exposto, vale ainda registrar que houve, ainda que timidamente, algumas manifestações públicas proferidas pela referida senadora acerca do “desconforto” – eu diria golpe patriarcal – ao qual foi submetida¹⁵. Todavia, como a lógica dos partidos, de esquerda inclusive, ainda é prevalentemente androcêntrica, quando não explicitamente sexista, em breves dias os questionamentos deram lugar à acomodação política que garantiu, sem maiores transtornos, os registros das candidaturas mencionadas que, a meu sentir, traduzem, de maneira bastante clara, os *privilégios masculinos* característicos da política de um modo geral e das estruturas partidárias em particular, inclusive nas esquerdas.¹⁶

Diante disto, e com a inexistência de candidaturas femininas ao senado federal, a Bahia figurou entre os estados brasileiros onde os homens não só dominaram os partidos e as chapas majoritárias para o senado e governo do estado, como foram os responsáveis por decidir qual o melhor lugar para acomodar as mulheres nestas chapas, já que eles detêm o poder de decisão *interna corporis* e se pautam por interesses que nem sempre levam em consideração as demandas femininas e, sobretudo, feministas, por mais poder e participação para as mulheres. O quadro abaixo traz a exata dimensão do lugar que eles reservaram às mulheres nas chapas que concorreram ao senado federal pela Bahia:

Quadro 3 – Candidaturas ao Senado na Bahia – 2018

Candidatos	Suplentes
Adroaldo dos Santos (PCO)	1º suplente: Valdir Santos (PCO) 2º suplente: Almir Cabral (PCO)
Ângelo Coronel (PSD)	1º suplente: Davidson Magalhães (PC-doB) 2º suplente: Dra. Silvia (PRP)
Celsinho Cotrim (PRTB)	1º suplente: Andrei Goes (PRTB) 2º suplente: Gilson Presídio (PRTB)
Comandante Rangel (PSL)	1º suplente: Tenório Filho (PRTB) 2º suplente: Vilson C. Quinta Point (PRTB)

14 Extrato do argumento de um homem de esquerda em debate virtual travado com a autora deste texto, sobre o fato da Bahia não ter nenhuma candidata mulher ao senado em 2018.

15 Para saber mais vale conferir a seguinte matéria jornalística: “Lídice da Mata (PSB) fica fora da chapa de Rui Costa, mas segue apoiando a reeleição do governador”. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/lidice-da-mata-psb-fica-fora-da-chapa-de-rui-costa-mas-segue-apoiando-reeleicao-do-governador/>.

16 Não encontramos registros de qualquer manifestação pública, de iniciativa dos movimentos feministas ou de mulheres, contrária a este fato, apesar das incessantes buscas na internet e de contatos realizados com lideranças.

Fabio Nogueira (Psol)	1ª suplente: Bernadete Souza (Psol) 2º suplente: Kleber Rosa (Psol)
Francisco José (Rede)	1º suplente: Ana Dalva Batista Reis (Rede) 2º suplente: João Gonçalves (Rede)
Irmão Lázaro (PSC)	1º suplente: Ivanilson Gomes (PV) 2º suplente: Eliel Santana (PSC)
Jaques Wagner (PT)	1º suplente: Beбето (PSB) 2º suplente: Luciana Leão Muniz (PR)
Jorge Vianna (MDB)	1º suplente: Jorge Rios (MDB) 2º suplente: Alceu Barros (MDB)
Jutahy Magalhães Junior (PSDB)	1º suplente: Julio Santos (PRB) 2º suplente: Eremita Mota (PSDB)
Marcos Mauricio (DC)	1º suplente: Marcelo Barreto (DC) 2º suplente: Antonio Albino (DC)

Fonte: baseado em dados do TRE-BA e do Senado Notícias (grifo nosso)

Conforme resta comprovado, nenhum partido político lançou mulher candidata ao senado na Bahia em 2018. E, dentre as 2 mulheres que figuram para a primeira suplência, uma é do PSOL e outra da REDE, as outras 3 estão posicionadas na segunda suplência e estão precisamente nas chapas de Ângelo Coronel, Jacques Wagner e Jutahy Magalhães, isto é, tanto nas chapas da coligação capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, como na chapa capitaneada por um candidato ao senado pelo PSDB, o lugar das mulheres é o mesmo, qual seja: a segunda suplência! Isto mesmo, elas estão na última posição da chapa, considerada pelo eleitorado como absolutamente irrelevante, dada as remotas chances de assumirem o referido cargo. Ademais, o eleitorado não costuma sequer saber quem são os suplentes de senadores, pois, em regra, mal aparecem durante o pleito.

2.3 AS CHAPAS PARA O GOVERNO DA BAHIA

Seguindo a mesma esteira que demonstrou até agora a centralidade masculina na composição das chapas majoritárias para presidente e senador, vale destacar que os *privilégios de gênero*, assim como os de raça, também se fizeram presentes nas chapas que concorreram ao governo da Bahia, conforme indica, de maneira inequívoca, o quadro a seguir:

Quadro 4 - Candidaturas ao governo da Bahia - 2018

Candidatos/a	Vice	Coligação
José Ronaldo (DEM)	Mônica Bahia (PSDB)	Coragem para mudar a Bahia (DEM, PSDB, PSC, PTB, PRB, SD, PATRI, PV e PPL)
Rui Costa (PT)	João Leão (PP)	Mais trabalho por toda Bahia (PT, PP, PDT, PSD, PSB, PCdoB, PR, PRP, PMB, PODE, AVANTE, PMN, PROS e PTC)
João Santana (MDB)	Jeane Cruz (MDB)	Pra mudar de verdade (MDB e DC)
João Henrique (PRTB)	Antônia Santos (PRTB)	Bahia acima de tudo, Deus acima de todos (PRTB e PSL)
Célia Sacramento (REDE)	José Itemário (REDE)	REDE
Marcos Mendes (PSOL)	Mira Alves (PSOL)	PSOL
Orlando Andrade (PCO)	Silvano Alves (PCO)	PCO

Fonte: baseado em dados do TRE-BA e do Senado Notícias - (grifo nosso)

No que pertine às candidaturas ao governo deste estado, os dados corroboram plenamente nossas análises, pois a posição das mulheres também foi secundária nas chapas apresentadas pelos diversos partidos e coligações no último pleito eleitoral, já que, das sete chapas apresentadas, apenas uma foi encabeçada por uma mulher, a ex-vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento, negra, soteropolitana, nascida e criada na periferia desta cidade, cientista contábil, militante de movimentos de mulheres e de negros, membro da Aliança Global de Líderes Africanos e Afrodescendentes e professora doutora da Universidade Federal da Bahia.

Sobre a candidatura de Célia Sacramento, é válido destacar que, apesar de sua trajetória e dos seus frequentes questionamentos, efetuados em debates públicos, acerca do lugar dos negros e das mulheres na política baiana, nem os movimentos negros e nem os movimentos feministas se esforçaram para colocar ênfase no fato dela ser a primeira e, até agora, única mulher negra a pleitear o referido cargo neste estado, tornando-se, como dizia, “o ponto fora da curva”¹⁷ da referida eleição. Este silêncio, assim como a pouca importância dada ao inédito feito, decorre, principalmente, do fato desta candidata não ser filiada aos partidos da esquerda hegemônica na Bahia e no Brasil, como PT e PCdoB, por exemplo, que ainda exercem forte influência sobre os movimentos sociais neste país e neste estado, o que demonstra que muitos dos que discursam em prol de “mais mulheres no poder” e pelo “enegrecimento da política”, o fazem de maneira retórica, seletiva

¹⁷ Conferir: Célia Sacramento; “Sou um ponto fora da curva”. Disponível em <https://correionago.com.br/portal/celia-sacramento-sou-um-ponto-fora-da-curva/>

e condicionada, principalmente à filiação partidária dos sujeitos femininos e/ou negros que disputam algum cargo eletivo.

E, embora não se trate de esperar ou mesmo de cobrar que as pessoas apoiem ou votem nas mulheres e, principalmente nas negras, somente em razão do gênero ou da raça a que pertencem, acredita-se que os movimentos e as/os pesquisadoras/es envolvidos com estes temas deveriam ser os primeiros a questionar, de maneira pública e sem blindagem ou proteção ideológica e partidária, a ausência de mulheres e de pessoas negras na cabeça das chapas dos partidos em geral e dos partidos de esquerda em particular; e, ao fazê-lo, que não deixem de reconhecer as vozes femininas e negras que, quase solitariamente, se levantam e ousam se candidatar, desmantelando, ainda que temporariamente, os monopólios eleitorais, como aconteceu com a importante candidatura de Célia Sacramento ao governo do estado da Bahia no ano de 2018.

É necessário destacar que o PSDB, o MDB, o PRTB e o PSOL posicionaram algumas mulheres como candidatas a vice em suas chapas, mas, repita-se, todas eram encabeçadas por homens. Já o PT e o PCO optaram por lançar dois homens à disputa do cargo máximo de gestão do estado, passando a mensagem de que não há em suas fileiras mulheres capazes de sequer ocupar o lugar de vice, o que não os blindaria da crítica, mas seria em menor grau. Apesar disto, nas campanhas de televisão e nas mídias sociais, inclusive no facebook, adeptos e adeptas do petismo baiano insistiram em afirmar o compromisso da candidatura de Rui Costa e de seu vice, João Leão, para com as mulheres, sobretudo as negras, havendo inclusive quem destacasse a realização de reuniões destinadas exclusivamente à parcela feminina, como “um efetivo atestado do imenso comprometimento [da chapa] com a cidadania das mulheres”¹⁸.

Como sabemos, a desigualdade de gênero é um dos maiores problemas sociais e depõe contra qualquer sociedade, qualquer partido, qualquer governo e qualquer Estado que se pretenda democrático. E a ausência de mulheres nas cabeças de chapas e nas instâncias decisórias é característica de democracias fracas, de governos débeis, de partidos questionáveis que, em geral, são muito discursivos e pouco inclusivos. Neste sentido, os dados não mentem.

3. AS CANDIDATURAS DE VERA LUCIA E MARINA SILVA

Quebrando um pouco a monotonia de gênero e classe, assim como a monocromia racial e geográfica no contexto das eleições, surgem duas candidaturas femininas à presidência do Brasil: a de Vera Lúcia (PSTU) e a de Marina Silva (REDE). Ambas são de esquerda, negras, de origem humilde e com trajetórias de vida e de lutas igualmente aguerridas e destacadas, vinculadas a diversos movimentos sociais e a causas relacionadas à defesa dos mais humildes, dos direitos humanos de grupos socialmente excluídos e/ou discriminados, do meio ambiente, dos trabalhadores e de uma sociedade mais justa social, cultural e economicamente falando (BUENO; LUANE, 2018).

As duas candidaturas constituíram, em conjunto, uma importante “novidade” nas eleições de 2018, pois, apesar de Marina já ter sido candidata ao mencionado

¹⁸ Fragmento de uma postagem de facebook de um cabo eleitoral do sexo feminino.

cargo em mais de uma ocasião, foi a primeira vez na história do Brasil que duas mulheres negras se posicionaram como candidatas à presidência, ao passo que cinco mulheres brancas estavam posicionadas na vice, ou seja, em posição secundária, comparativamente aos homens e às próprias mulheres negras. De fato, isto é algo inédito até aqui. Todavia, esta “novidade” precisa ser objeto de muita reflexão, pois o contexto em que ela ocorreu foi bem complexo e cheio de ambiguidades e contradições. Para começar, não podemos olvidar que as duas únicas candidatas à presidência da República jamais foram apontadas como favoritas da grande imprensa ou de grandes grupos econômicos ou de blocos políticos hegemônicos no Brasil. Por outro lado, também não figuravam entre os candidatos favoritos dos movimentos feministas, negros, estudantil e sindical no país que, em geral, costumam pautar a importância das candidaturas de esquerda, e da feminização e enegrecimento das estruturas de poder, dado o déficit democrático em torno da representação política das mulheres e da população negra neste país.

Além disto, as duas tiveram que se deparar com uma realidade em que 11 homens, de distintos partidos, de distintas classes sociais, idades, ideologias, credos religiosos e origem étnico-racial, ambicionavam e lutavam com todas as forças e com todos os artifícios para chegarem ao mais elevado cargo executivo nacional, isto é, à chefia do governo e do Estado brasileiro. E alguns deles, sobretudo os mais conhecidos, contavam não somente com anos de experiência política e de exercício de mandatos sucessivos e/ou ocupação de cargos comissionados, além do trânsito facilitado em diversas agremiações partidárias e, principalmente, com recursos financeiros e apoios políticos de grande envergadura.

Porém, as vantagens masculinas sobre as duas candidatas mulheres e negras não paravam por aí, já que o principal privilégio, compartilhado pelo bloco masculino, residia no fato dos homens não terem que se deparar, ao longo de suas campanhas, com a indisfarçável discriminação de gênero e, no caso de ambas, também com a insofismável discriminação de raça/etnia, origem social e, até mesmo, estética. Afinal, ao contrário dos seus concorrentes, e até mesmo das candidatas mulheres que figuravam na condição de vices – excetuando-se a Guajajara – Marina e Vera foram alvo de inúmeros comentários de cunho depreciativo, tanto nas redes sociais como na chamada grande imprensa, sem contar as declarações dos próprios adversários que, a exemplo de Ciro Gomes, praticamente um ano antes, já dizia que a referida eleição precisaria de “testosterona”, ao comentar a possível candidatura de Marina.

Neste sentido, Marina Silva, muito mais do que Vera¹⁹, foi alvo de toda sorte de preconceito, por ser mulher, por ser negra, por ter nascido na floresta, por ser evangélica²⁰, por não falar gritando, “por ser fraca”, dentre outras questões. De todo modo, uma e outra, ainda que em níveis diferentes, foram permanentemente

19 A candidata Vera não teve tanta evidência por ter sido impedida de participar dos debates televisivos, vez que o seu partido não dispunha de representação no Congresso Nacional e, portanto, não preenchia os requisitos apontados pela injusta lei eleitoral para este tipo de participação, o que, por si só, é também uma exigência antidemocrática que dificulta a ampla divulgação de suas propostas e fere o princípio da igualdade entre partidos e candidatos.

20 O preconceito religioso também foi assacado contra a candidata Marina, sobre o qual ela se pronunciou mais de uma vez.

expostas a duas situações igualmente negativas e injustas no contexto eleitoral, quais sejam: ora eram ignoradas (inclusive por parcela da esquerda e por alguns movimentos feministas e negros) e ora eram desqualificadas, deslegitimadas e até difamadas nas redes sociais, tanto por grupos de apoiadores de candidatos de direita, como por apoiadores de candidatos de esquerda, especialmente nas páginas destinadas ao fortalecimento da luta contra o avanço do Bolsonaro. Nestes espaços, por exemplo, mulheres que votavam em uma das duas candidatas, mas principalmente em Marina, não tinham direito de externar sua opinião ou, quando tinham, eram pressionadas, por apoiadoras de Haddad e de Ciro, a aderir a uma destas candidaturas, sobretudo à primeira, tida como “a única capaz de derrotar o fascismo e o machismo”²¹ que emergiam das falas e das ações do candidato homem favorito nas pesquisas.

Obviamente que a prática de ignorar ou de isolar uma candidatura, sobretudo de modo deliberado, era mais comum com relação a Vera Lúcia, pois esta figurava com menos de um por cento nas pesquisas de opinião e não tinha muita visibilidade, exceto em alguns segundos no seu programa eleitoral no rádio e na televisão. Já contra Marina, era mais comum e até mesmo mais frequente, a tentativa de ridicularizá-la, pois desde as campanhas anteriores, mormente a de 2014, tal prática se fez presente, já que ela despertava certos incômodos nos eleitores do PT e do próprio PSL, sobretudo durante suas participações nos debates televisivos, bastante comentadas pelo grande público.

Vale destacar que, desde o início do ano de 2018, quando as notícias sobre as candidaturas majoritárias começaram a circular, assim como após os registros e homologações necessárias, as candidaturas femininas nunca mereceram da imprensa ou da sociedade em geral, o mesmo destaque que as candidaturas masculinas, nem mesmo aquelas que já apareciam nas pesquisas em que os homens figuravam como favoritos: como era o caso da pré-candidata Marina Silva, cujo nome já aparecia juntamente com os de Jair Bolsonaro e do ex-presidente Lula, por exemplo. A pré-candidatura de Manuela D’Ávila, no entanto, foi bastante festejada entre grupos feministas, mas quando houve o “recuo tático” em favor do candidato de Lula, pouco ou nada se falou sobre o assunto. E o processo eleitoral seguiu seu curso com os olhos da direita, do centro e da esquerda hegemônica voltados para os homens.

Quanto ao exposto, há quem diga que não é o fato de serem homens que coloca os candidatos do sexo masculino em evidência, mas o fato de serem “mais conhecidos e terem mais chances na disputa eleitoral”. Tal argumento até procede em parte, afinal, são mais conhecidos exatamente por uma questão histórica relacionada ao gênero, já que os homens dominam a política há muito tempo. Já o argumento de que aparecem mais porque tem mais chances na disputa, é facilmente dissipável, pois se olharmos para algumas pré-candidaturas, digamos, menos promissoras ou até mesmo insossas naquela ocasião, como as de Ciro Gomes, Álvaro Dias, Aécio Neves, Henrique Meirelles, por exemplo, veremos que a mídia, e muitos usuários das redes sociais, já as consideravam viáveis e até mesmo infalíveis, e as difundiam amplamente, mesmo havendo possibilidades de

21 Este é um fragmento de fala de uma eleitora da Haddad no grupo #Elenao. Neste grupo, organizado no âmbito do facebook, inúmeras mulheres foram impedidas e até mesmo bloqueadas por declararem intenção de voto em Marina Silva e por questionarem a centralidade masculina na política, conforme vários relatos e a própria experiência da autora deste texto.

mudanças em virtude de disputas internas nos partidos, como ocorreu com o PSDB, cujo candidato acabou sendo Geraldo Alckmin. Portanto não é a chance de uma eventual vitória apenas, que mantém certos candidatos no centro das atenções, é o fato de serem homens, porque o fato de ser homem no mundo da política significa, em primeira instância, ser apto para aquilo que se pretende fazer ou para o cargo que se pretende concorrer.

Ademais, e em que pese Marina Silva ser nacionalmente mais conhecida do que outros candidatos naquele contexto, como Amoedo, por exemplo, e ter figurado nas pesquisas desde o princípio, assumindo sua pré-candidatura à presidência do Brasil, o fato é que não foram dados a ela os mesmos holofotes concedidos aos candidatos homens, mesmo os que, como ela, não estavam ocupando cargos políticos no Estado, como Ciro e Guilherme Boulos, por exemplo. Apesar disto, é preciso reconhecer que Marina Silva desfrutava de algumas “vantagens” com relação a Vera Lúcia, pois figurava nas pesquisas de opinião antes do registro das candidaturas, teve direito a participar dos debates televisivos, em razão da coligação, e já havia disputado o referido cargo em outras ocasiões, etc. No entanto, nunca é demais destacar que ela também não gozava da preferência da esquerda hegemônica no Brasil, e tampouco tinha amplos e destacados apoios nos movimentos feministas, negro, lgbts e outros, embora fosse bastante respeitada por ativistas ambientais, por uma grande parcela de artistas e intelectuais e por esquerdistas desapontados com as performances do PT e seus aliados nos últimos anos.

Vera Lúcia, por sua vez, e em razão das duras críticas que sempre fez aos governos petistas, identificando-os como neoliberais, tampouco figurou entre as candidatas mulheres que as esquerdas, os feminismos e os movimentos sindical e negros ovacionavam. Muito ao contrário. Até porque os destaques observados através das redes sociais, expressados por ativistas e lideranças dos movimentos mencionados, colocavam Lula no centro de tudo, de todas as falas e, quando se reportavam às mulheres candidatas, citavam, com simpatia, a Manuela D’Ávila e, em alguns momentos até mesmo a Kátia Abreu, sobretudo nas discussões estabelecidas entre eleitores de Haddad e de Ciro Gomes, que se esforçavam imensamente para “comprovar” quem seria a melhor vice-presidenta do Brasil, sem, contudo, em momento algum, cogitar em se perguntar por que nenhuma delas estava na cabeça das respectivas chapas. Era algo naturalizado, até entre feministas. E as poucas vozes que ainda externavam algum sobre isto, acabavam por se convencer de que o mais importante naquele momento era “fazer a defesa da democracia”.

Durante toda a campanha, a candidata Vera Lúcia foi pouquíssimo mencionada pelas esquerdas e pelas feministas nas redes sociais, restando completamente apagada não apenas pela mídia hegemônica, mas pelas mídias alternativas que tinham “como alternativa” focar nos candidatos homens, sobretudo em Boulos e em Haddad. Em sentido contrário, Marina era bastante mencionada, às vezes positivamente, pelos seus apoiadores e seguidores, e muitas vezes negativamente, pela direita e pela esquerda que a queriam bem longe do segundo turno. Afinal, e paradoxalmente, Bolsonaro sempre foi o adversário ideal e até desejado pelo PT. Ademais, nem mesmo nos debates em que Marina pautou temas importantes sobre direitos humanos, contrária a liberação das armas, e, principalmente, sobre demandas das mulheres, como creche, ou a temática da violência de gênero e

o direito ao trabalho com salário igual, houve reconhecimento da importância de sua fala ou amplo compartilhamento de sua performance, pois o silêncio era uma opção dos que preferiram não engrossar a desqualificação de sua pessoa e de sua candidatura, mas também não queriam dar o braço a torcer e reconhecer a importância de sua presença naquele lugar. Algo semelhante com o que fizeram com Célia Sacramento na Bahia.

Segundo nossa percepção, era como se houvesse, especialmente no primeiro turno, um acordo tácito, *inter e intragenérico*, além de uma deliberada pausa nos debates raciais, a fim de que todas as questões consideradas secundárias ou menos urgentes, como os problemas relacionados ao gênero e à raça/etnia, fossem colocados em *stand by* até que o perigo do fascismo fosse afastado pelas vias eleitorais. E os argumentos correntes, mormente nas redes sociais, corroboravam esta impressão, pois as falas cujos ecos eram mais amplos e audíveis, promovidas e/ou compartilhadas por representantes de diversos feminismos e de movimentos negros, principalmente, evidenciavam que eles estavam de acordo quanto à necessidade de se “defender a democracia” com unhas e dentes, seja lá o que isso significasse naquele momento histórico, mas o fato é que não era hora de se discutir gênero e raça e, muito menos as candidaturas marginais.

Ao final do primeiro turno, com as vitórias de Bolsonaro e Fernando Haddad, as candidaturas de Vera e Marina estavam formalmente “recusadas”. Mas não a ponto delas serem dispensadas das cobranças por um posicionamento público a favor da candidatura de Haddad, afinal, diziam algumas vozes, “ambas são mulheres negras e de esquerda e tem que se posicionar”, até porque Marina e Vera, em lugares diferentes do Brasil, compareceram a manifestações em torno do #Elenão, apesar de não serem vistas, sobretudo por alguns grupos organizados, que, posteriormente, as enxergaram para exigir delas uma posição “com urgência”. Neste momento, então, homens e mulheres situados à esquerda começaram a intimá-las para que apresentassem um rápido pronunciamento, pois, segundo diziam, era “preciso unidade para a defesa da democracia no Brasil”. Obviamente que ambas não apoiaram o candidato Bolsonaro, mas seguiram destacando a necessidade de um debate mais profundo sobre a ideia de democracia, além de enfatizarem os problemas e os equívocos das chapas vitoriosas, que, na concepção de Marina, se dedicaram unicamente a alimentar a polarização política²², reduzindo as eleições a uma eterna gincana entre homens, sobretudo brancos e, em sua maioria, representantes das elites políticas e economicamente bem alicerçadas.

De todo modo, as presenças destas duas mulheres negras neste pleito serviram para nos lembrar de que a política necessita das mulheres, assim como as mulheres necessitam da política. Mas de outra política, sem a naturalização da supremacia e dos privilégios masculinos, brancos e elitistas, que é o que vem acontecendo em nosso país desde há muito.

22 Conferir: “Infelizmente, tivemos a velha polarização que se tornou tóxica nessa campanha”, diz Marina. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,infelizmente-tivemos-a-velha-polarizacao-que-se-tornou-toxica-nessa-campanha-diz-marina,70002537924>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões aqui levantadas já foram objeto de reflexões em vários debates públicos, porém, na maioria das vezes, com pouca interlocução, o que nem sempre nos ajuda no aprimoramento das ideias e/ou no abandono dos equívocos. A ausência de interlocução não se dá por falta de gente interessada no tema e/ou qualificada no assunto, mas em virtude da opção pelo silêncio, muitas vezes cúmplice, de homens e mulheres de boa vontade que, até pouco tempo, andavam muito ocupados e/ou comprometidos com as candidaturas daqueles e daquelas que, a depender do momento, naturalizam ou até justificam a posição secundária que as mulheres ocupam nas chapas majoritárias, sobretudo nas últimas eleições. Apesar disto, é importante levar o debate adiante, pois não se constrói uma *democracia de gênero* sem que estas questões sejam pautadas antes, durante e após as eleições.

O texto demonstrou, com robustos e irrefutáveis dados, que o lugar das mulheres nas chapas majoritárias continua sendo secundário, ao passo que os homens seguem dominando o terreno da política e se posicionando em sua linha de frente. E, não obstante se possa dizer – até com certa razão – que a composição das chapas majoritárias envolve uma série de fatores, o fato é que não é comum vermos homens que se lançam pré-candidatos a determinados cargos perderem ou renunciarem esta posição em favor das mulheres de seus partidos ou coligações, ainda mais sem qualquer consulta às bases e sem levar em conta que o eleitorado é constituído de maioria feminina. Por esta e outras, é válido colocar a discussão em público, destacando, sem pudor, o *patriarcado partidário*, o *sexismo político* e o próprio *teto de cristal* que, enquanto barreira invisível, estabelece até onde as mulheres podem avançar no âmbito das instituições, dos partidos ou no exercício de cargos e funções públicas que porventura ambicionem.

A centralidade masculina na vida social e política é algo que não pode ser naturalizado, pois tanto decorre da *desigualdade de gênero*, como serve para o seu reforço, já que caracteriza todas as relações sociais e deve ser objeto de reflexão em todos os lugares, principalmente na agenda pública e na política institucional, em todos os momentos.

Ademais, há que se considerar que a presença e a participação das mulheres, sobretudo as mais jovens, tem sido cada vez mais crescente no âmbito dos coletivos e dos movimentos sociais que, não raro, são vinculados a partidos políticos, sobretudo os de esquerda. No entanto, esta presença também tem aumentado nos partidos de direita, com a proliferação de estruturas e instâncias partidárias relacionadas às temáticas femininas no seio destas agremiações. Todavia, as mulheres, independente do espectro político, nem sempre são reconhecidas como potenciais candidatas, sobretudo quando se trata de cargos majoritários.

É válido lembrar que inúmeras pesquisas vem apontando, há bastante tempo, o quanto é comum a prevalência masculina na política, desvelando a indicação de candidaturas femininas, especialmente a cargos majoritários, somente quando os homens (em geral membros da família ou líderes partidários) enfrentam obstáculos de ordem legal, seja em virtude da impossibilidade de cumprimento de mais de dois mandatos consecutivos na esfera do executivo, seja em virtude de inelegibilidades relacionadas a causas diversas, tais como crimes eleitorais ou improbidades ad-

ministrativas, por exemplo (COSTA, 1998). Tudo isto revela um *continuum* do uso instrumental das candidaturas femininas que, muitas vezes, servem de verdadeiras laranjas para suprir a ausência involuntária daqueles a quem o poder tem sido histórica e socialmente conferido.

A desigualdade de gênero na política, portanto, é um reforço ao *patriarcado*, isto é, à *dominação masculina* nas diversas esferas da vida, e deixar de considerar estas questões em nome de outras consideradas maiores, ou ditas mais importantes ou urgentes, seja qual for o contexto, é legitimar a ideia de que as mulheres podem esperar mais tempo para que a democracia que os homens concebem e constroem as alcance. Isto significa admitir que a própria democracia, enquanto sistema de governo ou enquanto princípio reitor das relações sociais, ainda é algo que somente os homens podem definir e cujas experiências, necessidades e/ou dificuldades são as únicas (ou as mais legítimas) a considerar, especialmente em anos eleitorais. Afinal, nenhum movimento social levantou a voz para afirmar que “eleição sem mulher é fraude”.

Lançar candidatas mulheres aos cargos executivos e garantir-lhes as condições para que sejam eleitas é, por si só, uma exigência do alargamento da cidadania e um avanço democrático; pois a sub-representação feminina nos parlamentos e a ausência de mulheres à frente dos governos (federal, estadual ou municipal) é um empecilho para a adoção de políticas públicas voltadas às questões de gênero e, sobretudo, àquelas que as mulheres mais enfrentam, como a violência, por exemplo, dentre as quais se destaca a própria **violência política** que, a nosso juízo, deveria ser identificada em nosso país não somente como o impedimento criminoso, letal ou não, ao exercício de mandatos, que, por si, constitui prática hedionda, mas pela própria negação do direito de candidatar-se. Porque esta é a porta da violência política mais gravosa contra as mulheres.

Assim, romper com a lógica dos *privilégios masculinos* e com as justificativas eleitorais e eleitoreiras que sempre são construídas a favor dos homens, requer um olhar crítico e uma postura independente que ajude a desnaturalizar a ausência ou presença diminuta de mulheres concorrendo aos cargos de maior prestígio, a exemplo dos que lidam com muito dinheiro, que decidem os destinos da nação, que tem o condão de apresentar planos plurianuais, nomear ministros, iniciar processos legislativos, propor emendas constitucionais, criar e extinguir cargos, comandar forças armadas, declarar guerra ou celebrar a paz, dentre outros²³, por exemplo. Implica em admitir que as mulheres, enquanto cidadãs e sujeitos de direitos, podem e devem se lançar candidatas à presidência, ao governo do estado e ao senado federal, além de concorrerem aos cargos proporcionais, para os quais a lei também precisa ser aprimorada para garantir a *paridade de gênero na política* e a efetiva *igualdade* nos espaços institucionais e sociais.

Mas, como vimos ao longo destas páginas, em 2018 as mulheres brasileiras, apesar de um certo aumento das candidaturas femininas, ocuparam tímidos e secundários lugares nas mais diversas chapas eleitorais, tanto em partidos de direita

²³ Conforme artigo 84 da Constituição Federal.

como em partidos de centro e de esquerda, onde a presença delas na cabeça da chapas emergiu, mais uma vez, como exceção à regra.

Além disto, é legítimo suspeitar que grande parte das candidaturas das mulheres, ainda que situadas em lugares secundários na composição das chapas, seguramente foram estimuladas pelo montante de recursos financeiros disponíveis, e não propriamente pelo reconhecimento da importância de sua efetiva participação política, haja vista que neste ano, e pela primeira vez, a Justiça garantiu ao menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral exclusivamente para as candidaturas femininas, algo em torno de 500 milhões de reais para suas campanhas. Diante disto, e se não houver monitoramento por parte da Justiça eleitoral e controle social por parte da sociedade organizada, além de ação política firme dos movimentos feministas para mudar mentalidades, corre-se o risco dos partidos políticos usarem o dinheiro destinado às mulheres para, por via oblíqua, elegerem mais e mais homens, pois em chapas onde elas figuram como vices ou mesmo como suplentes, não há como determinar, de maneira inequívoca, os gastos efetuados especificamente com a sua candidatura, pois, nestas composições, elas estão sendo levadas literalmente a reboque dos donos das chapas. Eis mais uma questão a ser investigada e profundamente debatida.

Em termos quantitativos, os homens, mais uma vez, seguiram dominando as chapas majoritárias, cujas cabeças estiveram em suas mãos, lhes permitindo dar o tom dos debates, e com vantagem avassaladora sobre o gênero feminino. E isto fica evidente não apenas quando falamos de uma disputa de onze homens contra duas mulheres, no caso da presidência, mas, sobretudo se traduzirmos em termos demográficos e, principalmente, democráticos, aí, sim, poderemos afirmar, sem sombra de dúvida, que uma minoria do eleitorado brasileiro, composta por pessoas do sexo masculino, segue fazendo política em nome da democracia, mas nem sempre considerando a opinião, as demandas e as necessidades das mulheres, cujos movimentos crescem a cada ano, e cujas pautas dão conta de problemas que somente elas enfrentam, pelo simples e só fato de serem mulheres, como, reitere-se, a violência de gênero, a desigualdade salarial, a violência simbólica diariamente disseminada pela mídia, as restrições ao exercício pleno da sexualidade e dos direitos reprodutivos, além do próprio *déficit de gênero* na política, dentre outras questões.

Assim, e em que pese as destacadas exceções, houve, mais uma vez na história do Brasil, uma prevalência de homens candidatos aos cargos majoritários, e esta realidade constitui, por si só, uma ofensa à democracia e um reforço do status quo de gênero na política, onde as mulheres, após 8 décadas de exercício do direito ao voto, ainda lutam pelo elementar direito de serem candidatas. E isto precisa ser questionado a partir das reflexões sobre os resquícios da *dicotomia público-privado*, segundo o qual a esfera das decisões políticas estaria reservada aos varões e às mulheres caberiam a gestão do domicílio, enquanto “rainhas do lar” ou, como vulgarmente se diz, como as “donas da pensão”. Tudo isso corrobora a perpetuação de *estereótipos de gênero* que vão sendo transmitidos às novas gerações como um reforço à ideia de que o lugar das mulheres até já pode ser na política, mas sempre como exceção e em posição secundária.

A este respeito, há uma infinidade de pesquisas reveladoras das *bre-*

chas de gênero no âmbito do parlamento, com debates riquíssimos sobre a parca representação política das mulheres, já que a nossa presença nas Casas Legislativas está muito aquém da nossa existência e da nossa importância na sociedade em geral. Mas, o fato é que não há como compreender a complexidade deste fenômeno se focarmos unicamente nas eleições proporcionais e/ou nas fragilidades de implementação da Lei de Cotas, o que é necessário e importante; mas, já que não existem cotas para eleições ao Executivo e ao Senado, faz-se necessário um debate aberto sobre a *democracia de gênero* no âmbito partidário, sem olvidar das possibilidades de defesa da adoção de candidaturas avulsas pelo Estado brasileiro, vez que às mulheres também deve ser conferido o direito de ocupar a chefia do poder executivo. Tudo isso deveria ser objeto de uma *reforma política* a ser concretizada com lentes de gênero e raça, mas, até lá, é preciso muita organização, muita resistência e bastante ruído.

Entendo que é importante colocar as mulheres no centro da vida política e das candidaturas principalmente, pois isto fará muita diferença na luta pelo fortalecimento da democracia, e no próprio imaginário social, pois é simbolicamente potente que mulheres possam encabeçar chapas, disputar eleições, discutir o sistema eleitoral, apresentar propostas de governo, confrontar o *status quo* patriarcal, e não apenas serem coadjuvantes ou candidatas se, ou quando, algum líder político as indicar ou as autorizar como padrinho ou coisa do tipo. As mulheres devem ser candidatas enquanto cidadãs e titulares de direitos políticos que não podem e nem devem ser objeto de negociação em hipótese alguma, e muito menos em nome da democracia. Não se deve permitir que os interesses partidários ou de candidaturas específicas ofusquem, engulam ou minimizem as femininas/feministas demandas por mais mulheres no poder e mais poder para as mulheres. É isto. Sigamos. E não paremos de lutar.

REFERÊNCIAS

BOLSONARO e Marina têm confronto sobre direitos da mulher e elevam tensão em debate. Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:phDR3_4VbWEJ:https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-e-marina-tem-embate-sobre-direitos-da-mulher-e-elevam-tensao-em-debate.shtml+&cd=18&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 18/08/2018.

BOLSONARO e Marina Silva discutem porte de arma. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CgcZppFh9Vc>. Acesso em 17/08/2018

BUENO, Winnie Bueno; LUANE Sthéfani. *Celebramos mulheres mas não sua cor.* Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/celebramos-mulheres-mas-nao-sua-cor/> Acesso em 8/10/2018.

CIRO FALA de Marina e diz que o momento é de testosterona. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1928560-ciro-fala-de-marina-e-diz-que-momento-e-de-testosterona.shtml> Acesso em 20/10/2017

COSTA, Ana Alice A. *As donas no poder.* Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA -Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

ESTADO com maior população de negros elege primeira deputada negra nas eleições 2018. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estado-com-maior-populacao-negra-elege-primeira-deputada-negra-nas-eleicoes-2018,70002541336>. Acesso em 13/10/2018

INFELIZMENTE, tivemos a velha polarização que se tornou tóxica nessa campanha”, diz Marina. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,infelizmente-tivemos-a-velha-polarizacao-que-se-tornou-toxica-nessa-campanha-diz-marina,70002537924> Acesso em 13/10/2018

LÍDICE DA MATA (PSB) fica fora da chapa de Rui Costa, mas segue apoiando reeleição do governador. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/lidice-da-mata-psb-fica-fora-da-chapa-de-rui-costa-mas-segue-apoiando-reeleicao-do-governador/> Acesso em 28/06/2018.

LÍVIA ABREU, a primeira candidata a Presidente. Disponível em <https://osdivergentes.com.br/orlando-brito/livia-abreu-a-primeira-candidata-a-presidente/>. Acesso em 03/03/2018.

MARINA SILVA é vítima de ataques racistas nas redes sociais. Disponível em <https://www.destakjornal.com.br/brasil/eleicoes-2018/detalhe/marina-silva-e-vitima-de-ataques-racistas-nas-redes-sociais>. Aceso em 31/08/2018

MARINA SILVA diz que sofre preconceito por ser evangélica. Disponível em <https://www.gospelprime.com.br/marina-silva-preconceito-evangelica/>. Acesso em 08/07/2018.

MARINA SILVA apoia Manuela após Roda Viva e relembra crítica de Dilma. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aKiJcco-YCIJ:https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/marina-silva-apoia-manuela-apos-roda-viva-e-relembra-critica-de-dilma-a0i7s375dyq97lzx14q5dfdlm+&cd=15&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 30/06/2018.

MINAS GERAIS terá primeira candidata trans ao Senado. Disponível em <https://www.hypeness.com.br/2018/08/minas-gerais-tera-primeira-candidata-trans-ao-senado/>. Acesso em 05/07/2018

NAÕ SE resolve tudo no grito e na violência, responde Marina. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=C6Qltz-sJ9A>.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado.* Estudos Feministas, Florianópolis, n 16, 305-332, 2008.

POR QUE as mulheres trocam Marina por Haddad, Ciro e Bolsonaro. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/por-que-mulheres-trocaram-marina-por-haddad-ciro-e-bolsonaro/>. Acesso em 18/09/2018.

PINTO, Celi. *Paradoxos da participação política das mulheres no Brasil.* Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32910/35480/>. Acesso em 18/05/2018.

SAIBA QUEM são os 13 candidatos a vice-presidente nestas eleições. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/saiba-quem-sao-os-13-candidatos-a-vice-presidente-nestas-eleicoes/> Acesso em 02/09/2018.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. *Representação política e gênero no Brasil e nos países de democratização recente.* Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, v.1, n.2, 2014.

SARDÀ, Amparo Moreno *El arquétipo viril protagonista de la história.* Exercícios de lecturas no androcentrica. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1991.

SENADO FEDERAL. *Conheça todos os candidatos ao Senado 2018.* Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/02/conheca-os-candidatos-a-senador-pelo-acre>. Acesso em 01/09/2018.

SILVA, Saete Maria da. *A Carta que Elas Escreveram: as mulheres na Constituinte de 1987/88,* Editora Instituto Memória, Curitiba, 2016.

SÓ 4% dos eleitos em outubro são negros. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/so-4-dos-eleitos-em-outubro-sao-negros-eram-107-das-candidaturas-em-2018/> Acesso em 25/11/2018

STF fixa mínimo de 30% do fundo partidário para campanhas de mulheres. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5388211/stf-fixa-minimo-de-30-do-fundo-partidario-para-campanhas-de-mulheres>. Acesso em 20/03/2018.

STEIL, Andréa Valéria. *Organizações, gênero e posição hierárquica — compreendendo o fenômeno do teto de vidro.* Revista de Administração. São Paulo. v.32, n.3, p.62-69, julho/setembro 1997

SUAREZ, Joana Suarez; KÁRITAS, Marcela. *Duas mulheres negras disputam a Presidência contra 10 homens brancos e um pardo.* Disponível em <https://bhaz.com.br/2018/08/31/duas-mulheres-disputam-a-presidencia-contra-11-homens-brancos/>. Acesso em 01/10/2018.

TSE. *Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República.* Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em 22/09/2018.

VERA é a candidata mais desconhecida; Marina, a mais. Disponível em <http://www.midianews.com.br/eleicoes-2018/vera-e-a-candidata-mais-desconhecida-marina-a-mais/333377>. Acesso em 20/09/2018.

WRIGHT, Sonia Jay. *Estratégias de inclusão das mulheres na política institucional: a opinião parlamentar estadual do nordeste.* Editora Instituto Memória, Curitiba, 2016.